



Universidade de Brasília

Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas

Departamento de Administração

Curso de Especialização (*Lato Sensu*) em Gestão Pública Municipal

LÍLIAN FERREIRA GRAÇAS SANTOS

**ALCANCES E DESAFIOS NA IMPLEMENTAÇÃO DA
GESTÃO DA POLÍTICA PÚBLICA DE ASSISTÊNCIA
SOCIAL NO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO D'ALIANÇA-GO.**

Brasília – DF

2019

FICHA CATALÓGRAFICA

SANTOS, Lílian Ferreira Graças.

Alcances e Desafios na Implementação da Gestão da Política Pública de Assistência Social no Município de São João d'Aliança-GO /Lílian Ferreira Graças Santos, Alto Paraíso/GO: Universidade de Brasília, Orientador: Prof. 2019. XX p.

Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) – Especialização em Gestão Pública Municipal – Cidade-Estado, Universidade de Brasília, 2019.

Bibliografia.

1. Assistência Social. 2. Trabalho com Famílias. 3. Implementação. 4. Trabalhadores do SUAS

Universidade de Brasília – UnB

Reitora:

Prof^a. Dr^a. Márcia Abrahão Moura

Vice-Reitor:

Prof. Dr. Enrique Huelva

Decana de Pós-Graduação:

Prof^a. Dr^a. Helena Eri Shimizu

**Diretor da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão
Pública:**

Prof. Dr. Eduardo Tadeu Vieira

Chefe do Departamento de Administração:

Prof. Dr. José Márcio Carvalho

Coordenadora do curso de Especialização em Gestão Pública Municipal

Prof^a. Dr^a. Fátima de Souza Freire

LÍLIAN FERREIRA GRAÇAS SANTOS

**ALCANCES E DESAFIOS NA IMPLEMENTAÇÃO DA GESTÃO DA POLÍTICA
PÚBLICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO
D'ALIANÇA-GO.**

Monografia apresentada ao Departamento de Administração como requisito final à obtenção do certificado de especialista (*lato sensu*) em Gestão Pública Municipal.

Professor Orientador: MSC. Paulo José Goes Daltro

Brasília – DF

2019

LÍLIAN FERREIRA GRAÇAS SANTOS

**ALCANCES E DESAFIOS NA IMPLEMENTAÇÃO DA GESTÃO DA POLÍTICA
PÚBLICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO
D'ALIANÇA-GO.**

A Comissão Examinadora, abaixo identificada, aprova o Trabalho de Conclusão do Curso de especialização em Gestão Pública Municipal da Universidade de Brasília da aluna

Lílian Ferreira Graças Santos

MSC. Paulo José Goes Daltro
Professor-Orientador

MSC. Tales Ramons Monteiro dos Santos,
Professor-Examinador

MSC. Henrique Neuto Tavares
Professor-Examinador

Brasília, 1º de junho de 2019.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por sua constante presença em minha vida, por ser meu refúgio e fortaleza, e não me deixar desistir da luta diária, me protegendo e não desamparando nas horas difíceis.

Aos meus amados pais, Dilmir e Nair, por todos os esforços feitos, pela ótima educação e incentivo que me deram para que eu chegasse até aqui.

Ao meu esposo Luzimar e meu filho Deyvid, pela dedicação, paciência e compreensão dedicadas a mim.

A todos, o meu muito obrigada!

RESUMO

O presente trabalho apresenta como tema principal a Gestão da Política Pública da Assistência Social de São João d'Aliança. Nesse sentido, o estudo teve como objeto de pesquisa, o trabalho desenvolvido na Secretaria de Assistência Social, que é o órgão gestor da política pública e dos serviços socioassistenciais que são o CRAS, o SCFV e o CREAS com os trabalhadores, usuários e gestora da Assistência Social do município de São João d'Aliança, Estado de Goiás. Tendo como objetivo geral identificar as estratégias e os desafios enfrentados na gestão da Política Pública da Assistência Social do município de São João d'Aliança, evidenciando os diversos aspectos de grande relevância para realização deste trabalho. Construiu-se um perfil dos usuários verificando que as famílias atendidas, são famílias em situação de vulnerabilidade social, com arranjos familiares diversos, mas em que ainda predomina o modelo dominante da família nuclear. Verificou-se o perfil dos trabalhadores do SUAS, delineando os desafios cotidianos na execução do trabalho e a falta de investimento na formação continuada destes. É inegável que o trabalho da Assistência Social contribua de maneira favorável a estas famílias e indivíduos, mas é necessário rever algumas práticas e maior atenção da gestão para com eles, para que se emancipem e para que os trabalhadores executem com eficiência e eficácia o fazer profissional.

Palavras-Chaves: Assistência Social, Trabalho com Famílias, Implementação, Trabalhadores do SUAS.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Gráfico 01 - Sexo.	17
Figura 2 – Gráfico 02 – Idade dos Trabalhadores.	18
Figura 3 – Gráfico 03 – Idade dos Conselheiros.	18
Figura 4 – Gráfico 04 – Idade dos Usuários.	19
Figura 5 – Gráfico 05 – Escolaridade dos Usuários.	19
Figura 6 – Gráfico 06 – Escolaridade dos Trabalhadores.	20
Figura 7 – Gráfico 07 – Escolaridade dos Conselheiros do CMAS.	20
Figura 8 – Gráfico 08 – Conhecimento sobre Assistência Social.	21

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

SUAS – Sistema Único da Assistência Social

LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social

NOB – Norma Operacional Básica

CRAS – Centro de Referência da Assistência Social

CREAS – Centro de Referência Especializado da Assistência Social

SCFV – Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

FPM - Fundo de Participação dos Municípios

PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil

SMAS – Secretaria Municipal de Assistência Social

CMAS – Conselho Municipal de Assistência Social

NOB-RH - Norma Operacional Básica de Recursos Humanos

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

CF – Constituição Federal

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	1
Contextualização.....	2
Formulação do Problema.....	3
Objetivo Geral.....	6
Objetivos Específicos.....	6
Justificativa.....	6
REVISÃO TEÓRICA.....	7
CAPÍTULO I – Política Pública de Assistência Social.....	7
CAPÍTULO II – Desafios na execução da Gestão Democrática e Participativa.....	10
MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA.....	13
Tipologia e descrição geral dos métodos de pesquisa.....	13
Caracterização da Assistência Social no município de São João d’Aliança.....	14
Participantes da Pesquisa.....	15
Caracterização e descrição dos instrumentos de pesquisa.....	16
Procedimentos de Coleta e Análise de dados.....	16
RESULTADO E DISCUSSÃO.....	17
CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES.....	23
REFERÊNCIA.....	25
APÊNDICES.....	28
Apêndice A – Solicitação de autorização para realização de pesquisa.....	28
Apêndice B – Termo de Consentimento do Entrevistado.....	29
Apêndice C – Questionário de Pesquisa.....	30

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como temática geral a Política Pública da Assistência Social, e por isso, torna-se imprescindível abordar alguns documentos oficiais que a regulamentam. A Assistência Social é uma Política Pública de Proteção Social, de política de direitos, de responsabilidade estatal, não contributiva, garantida pela Constituição Federal de 1988 e juntamente com a Saúde e a Previdência Social compõe a Seguridade Social. Com a CF se estabelece o princípio da descentralização e da participação dos usuários locais. Antes da Constituição Federal de 1988 já existia a assistência Social, mas com o olhar voltado ao assistencialismo e a filantropia, que infelizmente ficou enraizada até os dias atuais nos governos municipais, estaduais e federal. O que vem acarretando dificuldades na estruturação e principalmente na gestão da Assistência Social.

No marco constitucional, a Assistência Social, integrante da Seguridade Social, é concebida como política pública, não contributiva, de direção universal, de responsabilidade estatal, como direito de cidadania, com potencialidade de ampliar os direitos sociais aos cidadãos, de acordo com suas necessidades, a partir da condição inerente de ser de direitos. (Capacita SUAS, v. 1, p. 39)

Posteriormente é criada a Lei n.8142/1993 – Orgânica de Assistência Social – LOAS que institui a elaboração da Política Nacional de Assistência Social - PNAS, que é aprovada pela Resolução n. 145, de 15 de outubro de 2004, do conselho Nacional de Assistência Social – CNAS. A PNAS estabelece os princípios, as diretrizes, os objetivos e ações da Assistência Social. Esta também propõe a construção do Sistema Único de Assistência Social - SUAS. Na PNAS/NOB-SUAS que são definidas as bases para o novo modelo de gestão da política pública de Assistência Social – o SUAS, aprovado em 2005 por meio da sua implantação pela Norma Operacional do Sistema Único de Assistência Social - NOB-SUAS (aprovada pelo CNAS, Resolução n. 130 de 15/07/05).

A implementação de um Sistema Único de Assistência Social – SUAS, cria a Proteção Social - Básica e Especial - esta última divide-se em níveis de alta e média complexidade. O Sistema Único de Assistência Social tem como eixos centrais a matricialidade sócio familiar e o princípio de territorialidade. A matricialidade sócio familiar é o foco da proteção social na

família e a territorialidade consiste em considerar os indivíduos nos seus núcleos familiares, comunitários e societários.

A Assistência Social, segundo a Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS tem por objetivos a proteção social, a vigilância socioassistencial e a defesa de direitos. Além de instituir uma organização com base na descentralização político-administrativa, cabendo a coordenação e as normas à esfera federal, a execução e a execução dos respectivos programas às esferas estadual e municipal, bem como a entidades beneficentes e de assistência social; e a participação da população por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis.

O intuito de analisar os avanços e os desafios na Gestão da Política Pública de Assistência Social do município de São João d'Aliança, Estado de Goiás, e a perspectiva de buscar romper as barreiras que ainda existem para uma gestão realmente descentralizada e participativa, fundamentaram os objetivos dessa pesquisa.

A pesquisa será realizada com os indivíduos envolvidos na política pública de assistência social, bem como aqueles que atuaram em mandatos anteriores para ser feita uma análise de como era e como está a assistência social e os desafios que os gestores encontraram para estruturar a política pública.

1.1 Contextualização

A pesquisa foi realizada com gestores municipais e atores envolvidos na política pública de assistência social, para ser feita uma análise de como era e como está a assistência social, os desafios que encontraram para estruturar a política pública. No ano de 2005, os municípios foram convocados a se organizarem para receber o cofinanciamento federal, conforme a Política Nacional de Assistência Social de 2004 determinava, para fazer cumprir o que diz a LOAS, em que a condição para receber repasses dos recursos, os Municípios, os Estados e o Distrito Federal deveriam ter efetivados e em funcionamento os Conselhos de Assistência Social, o Fundo de Assistência Social e o Plano de Assistência Social.

1.2 Formulação do problema

Sob essa ótica, dentro da temática geral, o interesse sobre esta pesquisa surgiu devido ao trabalho na Assistência Social do município desde o ano de 2005, ter participado dessa implantação e verificar que, ainda falta muito a ser alcançado para podermos confirmar se a política pública de Assistência Social está realmente efetivada no município de São João d'Aliança - GO. Esse período de trabalho possibilitou a observação e análise da realidade Política de Assistência Social, ou seja, permitiu conhecer de fato como acontece todo o processo que a envolve.

Deste modo, foi apresentado o interesse em discutir a gestão da Política Pública de Assistência Social em São João d'Aliança. E, portanto, estabelecido como campo de pesquisa a Secretaria de Assistência Social, o CRAS, o SCFV e o CREAS. O CRAS foi inaugurado em 2008, o SCFV funciona desde o ano de 2013 e é oriundo do reordenamento que juntou os programas PETI e PROJOVEM e o CREAS funciona desde fevereiro de 2017 com recursos municipais, que devido à grande demanda de abusos sexuais de crianças e adolescentes, negligências com pessoas idosas e altos índices de violência doméstica, decidiu-se pela sua implantação.

De acordo com a Política Nacional da Assistência Social, os municípios de Pequeno Porte I são os compostos por até vinte mil habitantes, e em sua maioria as fontes de arrecadação municipal são poucas e esses municípios sobrevivem dos repasses do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Acabam, não raro, executando apenas as ações cofinanciadas pela União. Estes têm cada vez menos autonomia ante a condução da política, pois sem recursos suficientes estão cada dia mais dependentes dos repasses financeiros federais, trabalhando com menos recursos próprios, se limitando, na maioria, apenas às garantias mínimas de contrapartidas exigidas.

Outro enfrentamento se dá devido à história da Assistência Social se misturar a própria história do clientelismo, do patrimonialismo, do fisiologismo político, do coronelismo, do mandonismo e da cultura subalterna presentes em nossa formação sociohistórica (RAICHELIS, 2000).

As formas de contratação dos profissionais em sua maioria são por processos licitatórios na modalidade pregão, gerando contratos temporários, precarizando a mão de obra, o que dificulta o desenvolvimento do trabalho com os usuários, pois assim que constrói um

vínculo de confiança, os contratos terminam e os profissionais são trocados. Isso ocorre por não haver concurso público e para que estas contratações não incidam nos índices da folha de pagamento, burlando assim a Lei de Responsabilidade Fiscal, mas em contrapartida, desvalorizando os profissionais que são tratados como objetos, onde quem tem menos valor é quem ganha a vaga. Por mais que a Norma Operacional Básica, a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único da Assistência Social (SUAS), a Lei da Política Nacional da Assistência Social, a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais e o Pacto de Aprimoramento do Sistema Único da Assistência Social (SUAS), definam a composição das equipes e que deve ser realizado concurso, os gestores, por falta de conhecimento da legislação e da própria política pública da assistência social, deixam de assegurar uma prestação de serviços qualificada e continuada.

Diante da perspectiva organizacional, econômica, cultural, funcional e estrutural, e considerando as necessidades abordadas, este estudo visa responder o seguinte questionamento: quais os avanços, as estratégias e os desafios enfrentados na implementação da gestão da Política Pública de Assistência Social no município de São João d'Aliança?

Assim, definimos o objeto de pesquisa, a Gestão da Política Pública da Assistência Social em São João d'Aliança. Cabe ressaltar que o método utilizado para esta pesquisa foi o método de Marx, onde o objeto de pesquisa (no caso, a sociedade burguesa) tem existência objetiva; não depende do sujeito, do pesquisador, para existir. Pois, para esta pesquisa levou-se em conta “*o conhecimento do objeto tal como ele é em si mesmo*, na sua existência real e efetiva, independentemente dos desejos, das aspirações e das representações do pesquisador” (NETTO, 2009, p.673, Grifo do autor).

José Paulo Netto (2009), com base em Karl Marx, afirma que:

“a teoria é o movimento real do objeto transposto para o cérebro do pesquisador – *é o real reproduzido e interpretado no plano do ideal* (do pensamento). Prossigamos: para Marx, o objeto de pesquisa (no caso, a sociedade burguesa) tem existência objetiva; não depende do sujeito, do pesquisador, para existir. O objetivo do pesquisador, indo além da aparência fenomênica, imediata e empírica – por onde necessariamente se inicia o conhecimento, sendo essa aparência um nível de realidade e, portanto, algo importante e não descartável -, é apreender a essência (ou seja: a estrutura e a dinâmica) do objeto. Numa palavra: *o método de pesquisa que propicia o conhecimento teórico, partindo da aparência, visa alcançar a essência do objeto*. Alcançando a essência do objeto, isto é: capturando a sua estrutura e dinâmica, por meio de procedimentos analíticos e operando a sua síntese, o pesquisador *reproduz* no plano do pensamento; mediante pesquisa, viabilizada pelo método, o pesquisador *reproduz*, no

plano ideal, a essência do objeto que investigou. (p. 674, grifo do autor)

Ou seja, o método alude, “para Marx, uma determinada posição (perspectiva) do sujeito que pesquisa: aquela em que se põe o pesquisador para, na sua relação com o objeto, extrair dele as suas múltiplas determinações.” (NETTO, 2009, p. 689)

À luz do referencial teórico essa análise visa compreender a complexidade do fenômeno estudado analisando a singularidade, a particularidade e a universalidade dos fatos históricos e conjunturais que formam a totalidade do mesmo.

No que se refere à metodologia utilizada, para elaboração e execução desse trabalho, tornou-se essencial conhecer o perfil das famílias assistidas pela política pública, seus trabalhadores, conselheiros e gestores. Ou seja, conhecer todos os atores envolvidos no processo de atendimento no órgão gestor e nos equipamentos socioassistenciais.

Primeiramente, foi feito o levantamento do número de famílias atendidas nos serviços socioassistenciais e o levantamento do número de funcionários da Assistência Social, em seguida por meio de técnicas de pesquisa, foi dada sequência a pesquisa. A coleta de dados foi feita a partir do estudo de campo, observação direta intensiva, observação direta extensiva, análise documental e pesquisa bibliográfica.

No Estudo de campo o planejamento “[...] apresenta muito maior flexibilidade, podendo ocorrer mesmo que seus objetivos sejam reformulados ao longo do processo de pesquisa.” (GIL, 2008, p. 57)

A Observação direta intensiva é “[...] realizada por meio de duas técnicas: observação e entrevista.” (MARCONI, LAKATOS, 2007, p. 87). A Observação permite ao “pesquisador identificar e obter provas a respeito de objetivos sobre os quais os indivíduos não têm consciência [...]” (MARCONI, LAKATOS, 2007, p. 88)

Segundo MARCONI e LAKATOS (2007), a entrevista “é um encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de determinado assunto, mediante uma conversação de natureza profissional.” (MARCONI, LAKATOS, 2007. p. 92) Tem como fim principal o alcance de informações do entrevistado no que se refere ao assunto pesquisado. A entrevista foi aplicada às equipes de referência de proteção básica. Para sua aplicação foi necessário requisitar autorização à Secretaria de Assistência Social. O tipo de entrevista utilizado foi a não estruturada, pois nela há a possibilidade de se explorar o conhecimento do entrevistado.

De acordo com MARCONI e LAKATOS (2007), a observação direta extensiva se realiza por meio do questionário. Este “[...] é um instrumento de coletas de dados constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito [...]” (MARCONI, LAKATOS, 2007, p. 98).

1.3 Objetivo Geral

Identificar as estratégias e os desafios enfrentados na implantação e implementação da gestão da Política Pública da Assistência Social do município de São João d’Aliança.

1.4 Objetivos Específicos

- Levantar a percepção dos sujeitos envolvidos na gestão da Assistência Social, considerando a descrição do processo de implantação da política pública, de acesso dos trabalhadores e usuários e das dificuldades enfrentadas;
- Descrever práticas, problemas e necessidades percebidas antes da implantação da Política Pública de Assistência Social;
- Levantar a percepção dos usuários da Assistência Social para que se empoderem de seus direitos e participem efetivamente junto a gestão e controle social.

1.5 Justificativa

O debate, a análise e a adequação relativos à gestão de políticas públicas se tornou imprescindível, preterivelmente junto à assistência social, cuja principal função é auxiliar os usuários e suas famílias que estão em situação de vulnerabilidades sociais, fortalecendo os vínculos familiares e comunitários.

Segundo AGUILLAR e ANDER-EGG (1994), a avaliação é uma forma de pesquisa social aplicada, sistemática, planejada e dirigida, destinada a obter e proporcionar, de maneira confiável, dados e informações suficientes para procedermos um juízo sobre o mérito de uma política ou programa. Para BELLONI (2000), a avaliação de políticas públicas torna-se

relevante quando pode oferecer informações não somente sobre o impacto, mas também sobre os resultados ou consequências mais amplas das ações desenvolvidas.

A referência do estudo sobre metodologia específica, realizada para obter a apresentação da realidade local, onde os atores pesquisados serão os gestores atuais e anteriores, sendo esses: poder executivo, trabalhadores do SUAS que estão em atividade na assistência social e conselheiros municipais titulares e suplentes, estendendo para o poder legislativo que representa o poder local sobre as decisões, na esfera social do município de São João d'Aliança.

A pesquisa será realizada com gestores municipais e atores envolvidos na política pública de assistência social, bem como aqueles que atuaram em mandatos anteriores para ser realizada uma análise comparativa acerca da gestão da assistência social, bem como identificar os desafios que os gestores encontraram para estruturar a política pública.

Ao final dessa pesquisa será realizada uma análise dos avanços e dos desafios a curto, médio e longo prazo para a efetivação da gestão descentralizada e participativa da assistência social, desmistificando a cultura enraizada na prática profissional e política em âmbito municipal.

2 REVISÃO TEÓRICA

CAPÍTULO I - POLÍTICA PÚBLICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Segundo BATISTA DA SILVA (2014), na implementação da Política Pública de Assistência Social no Brasil é necessário analisar o processo sócio histórico de consolidação como política social no contexto da sociedade política contemporânea. Como bem nos assegura RAICHELIS (2000), a implementação da Política Pública de Assistência Social no Brasil é uma mistura da própria história do clientelismo, do patrimonialismo, do fisiologismo político, do coronelismo, do mandonismo e da cultura subalterna presente em nossa formação sócio histórica. Deste modo fica fácil compreender porque sempre que se pensa na Assistência Social como política e como pública emerge em paralelo a incorporação de uma racionalidade instrumental que tem como objetivo libertá-la das mazelas constitutivas da formação social, econômica, cultural e política do Brasil que a aprisionam nas celas do assistencialismo.

Para YAZBEK (2014, p. 43) “A implementação da Política Pública de Assistência Social no Brasil facilita através de muita luta e resistência de vários setores da sociedade garantindo-a com política de Seguridade Social no campo dos direitos sociais e que seus trabalhadores construíssem uma identidade nesse campo”. O resultado da luta dos trabalhadores, usuários, conselheiros, gestores, movimentos sociais, dentre outros atores pelo reconhecimento da Constituição e das diretrizes da Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS, e as deliberações da IV Conferência Nacional de Assistência Social levaram a aprovação da Política Nacional de Assistência Social que apontou para a construção do Sistema Único de Assistência Social, rompendo com todo passado e inaugurando um novo período na Assistência Social brasileira.

A implementação da Política Pública de Assistência Social no Brasil permite o (re) desenho desta política, na perspectiva de implementação do SUAS - Sistema Único de Assistência Social que está voltado à articulação em todo território nacional das responsabilidades, vínculos e hierarquias, do sistema de serviços, benefícios e ações de assistência social, de caráter permanente ou eventual, executados e providos por pessoas jurídicas de direito público sob critério de universalidade e de ação em rede hierarquizada e em articulação com a sociedade civil. O SUAS introduz uma concepção de sistema orgânico, onde a articulação entre as três esferas de governo constitui-se em elemento fundamental.

Como se pode verificar nessa citação, A implementação da Política Pública de Assistência Social no Brasil como uma política pública não contributiva, voltada para as questões sociais, cujos princípios e diretrizes estão garantidos no artigo 4º da LOAS - Lei Orgânica da Assistência Social, além dos previstos na Constituição Federal, onde determina que assistência social rege-se pelos seguintes princípios:

I - supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica; II - universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas; III - respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade; IV - igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência às populações urbanas e rurais; V - divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo Poder Público e dos critérios para sua concessão. Os incisos I a V do artigo 4º são, desdobramentos dos princípios próprios da seguridade social, bem como do respeito à dignidade da pessoa humana. A prestação da assistência não pode se tornar discriminatória,

mas, sim, tem que ser redutora das desigualdades sociais. Também por isso o mesmo inciso proíbe qualquer comprovação vexatória de necessidade.

As diretrizes da organização da assistência social estão no artigo 5º da LOAS, onde tem como base as seguintes diretrizes: I - descentralização político-administrativa para os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, e comando único das ações em cada esfera de governo; II - participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis; III - primazia da responsabilidade do Estado na condução da política de assistência social em cada esfera do governo. O sistema descentralizado e participativo, constituído pelas entidades e organizações de assistência social abrangidos por esta lei, e por um conjunto de instâncias deliberativas compostas pelos diversos setores envolvidos na área, é o que prevê o artigo 6º da LOAS. Evidentemente a aplicação pode ser utilizada para a garantia dos serviços socioassistenciais a todos os usuários que dela necessitarem, levando os profissionais e usuários do SUAS a uma oferta digna de atendimento e trabalho.

A política de Assistência Social é organizada por Proteção Social Básica e Proteção Social Especial. A proteção Social Básica é ofertada nos Centros de Referência da Assistência Social - CRAS, principalmente pelo Programa de Atenção Integral à Família - PAIF fazendo o trabalho preventivo com as famílias daquele território. A proteção Social Especial é dividida em Média e Alta Complexidade. De Média Complexidade é ofertada nos Centros de Referência Especializados da Assistência Social - CREAS, principalmente pelo Programa de Atenção Especializada à Família e ao Indivíduo - PAEFI onde indivíduos e/ou famílias sofreram violência e/ou violação de direitos. De Alta Complexidade atua quando os vínculos familiares e comunitários já foram rompidos e os indivíduos foram retirados do convívio familiar.

Cita-se, como exemplo, Crianças e/ou adolescentes que sofreram abuso sexual são acompanhadas pela equipe do CREAS, visando fortalecer os vínculos rompidos, são realizados encaminhamentos para denúncias nos órgãos competentes e para tratamento psicológico para superar os traumas.

Ainda para YAZBEK (2014, p.42) “Sem dúvida, uma mudança substantiva na concepção da assistência social, um avanço que permite sua passagem do assistencialismo e de sua tradição de não política para o campo da política pública”. Para a implementação dessa mudança fundamental, a Assistência Social não pode ser pensada isoladamente, mas na relação com outras políticas sociais e em conformidade com seu marco legal no qual está garantida a descentralização com a primazia do Estado, o comando único em cada esfera governamental e a gestão compartilhada com a sociedade civil pelos Conselhos, Conferências e Fóruns, em seu

planejamento e controle. Essas garantias se efetivam pela construção de seguranças sociais que operam por meio de programas, projetos, serviços e benefícios voltados à proteção social e ao atendimento de necessidades da população usuária dessa política. Nesse sentido, A implementação da Política Pública de Assistência Social no Brasil permite a oferta de uma política pública efetiva, descentralizada, onde os interesses da população e usuários são realmente atendidos, rompendo de vez com as práticas assistencialistas e coronelistas do passado.

Logo, é importante compreender que a Assistência Social não é política de governo, onde cada um faz a gestão como deseja, mas como política pública que faz parte de Seguridade Social como está prevista na Constituição Federal, na LOAS, na Política Nacional de Assistência Social - PNAS, Norma Operacional Básica, Norma Operacional Básica de Recursos Humanos, Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais e Resoluções do CNAS. Nesse sentido, vamos exemplificar a implementação da Política Pública de Assistência Social no Brasil como a política pública que garante os direitos dos cidadãos, principalmente os direitos sociais daqueles que dela necessitam, sem precisarem contribuir para terem direito, buscando a igualdade e a dignidade dos usuários.

CAPÍTULO II - DESAFIOS NA EXECUÇÃO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA E PARTICIPATIVA

Segundo Albuquerque, Gomes e Trivelino (2012), a Gestão democrática e participativa desde a sua criação em 2004, o Sistema Único de Assistência Social - SUAS vivenciou um período de intensa regulação normativa e superou um grande desafio inicial: construir uma rede socioassistencial pública coordenada pela ação estatal em cada esfera de governo. Inicialmente, a consolidação dessa rede socioassistencial visava, sobretudo, a expansão da quantidade de equipamentos estatais, a manutenção e o reordenamento dos serviços, programas, projetos e benefícios existentes. Como bem nos assegura ALVES GOMES (2014), O SUAS nasceu com o objetivo de implantar um modelo de oferta pública de condução estatal, denominado modelo socioassistencial e com a aspiração da ruptura com o arquétipo assistencialista que predominou até o início do segundo milênio. A participação dos entes federados no Sistema, inicialmente, foi definida pela Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social a NOB-SUAS/2005 que estabeleceu mecanismos para a habilitação de municípios e para a adesão dos Estados e Distrito Federal. Essa participação estava associada a responsabilidades, requisitos e incentivos, que no caso dos municípios organizava-se em

níveis de gestão e na celebração de pactos de aprimoramento da gestão para estados e Distrito Federal.

Para SILVEIRA (2014, p. 6) “Gestão democrática e participativa facilita garantir que a assistência social, não contributiva, dever do Estado, é direito daqueles que a demandarem, conforme situação de pobreza e privação relativa às suas necessidades mínimas ao limite da sobrevivência”. Nesse contexto vem a sociedade civil organizada participando do planejamento e execução da política pública, exercendo o papel do controle social, através dos Conselhos e participando das Conferências e Fóruns.

Gestão democrática e participativa permite a reafirmação das funções da política (proteção social, vigilância socioassistencial e defesa de direitos), são detalhados objetivos voltados para a consolidação da gestão compartilhada, com definição de responsabilidades e níveis de gestão, além do respeito à diversidade; do reconhecimento de especificidades, inequidades e desigualdades; do asseguramento de ofertas; da integração da rede com o vínculo SUAS; da implementação da gestão do trabalho e de educação permanente; da gestão integrada dos serviços e benefícios; da garantia da vigilância e defesa de direitos, tendo em vista a previsão da formulação do Pacto de Aprimoramento do SUAS em consonância com o Plano Plurianual.

Como se pode verificar nessa citação, a Gestão democrática e participativa é aplicada com a aprovação da NOB 2012, que é um instrumento regulatório que substitui a NOB/SUAS/2005 e agrega o conjunto de instrumentos normativos que detalham a LOAS. A normativa que regula o funcionamento e as operações de gestão no SUAS apresenta inovações importantes em termos de governança democrática, com destaque para: a) fortalecimento dos instrumentos de gestão técnica e financeira, considerando o ciclo de formulação das políticas públicas; b) intensificação da pactuação entre os entes federados, com intensificação do sistema cooperado e compartilhado de responsabilidades/competências; c) definição de prioridades nacionais e metas para a ampliação progressiva da rede de serviços, da sua qualificação; d) incremento de ferramentas e previsões que aperfeiçoam a atuação territorial, como previsão de diagnóstico e indicadores como base para a definição dos níveis de gestão; e) adoção de incentivos financeiros para o aprimoramento de capacidade de gestão; f) fortalecimento da participação e do controle social, assim como das instâncias do SUAS.. Evidentemente a aplicação pode ser utilizada para garantir a transparência da gestão, a participação da sociedade civil, incluindo os usuários como protagonistas da política de assistência social.

Os recursos financeiros são de responsabilidade dos três entes federados e são repassados fundo a fundo. A gestão tem comando único em cada ente, executando a política

através do Plano Plurianual, do Fundo de Assistência Social e do Conselho de Assistência Social. Cita-se, como exemplo, A União repassa o cofinanciamento para o Bloco da Proteção Social Básica, que inclui os recursos do CRAS - Centro de Referência da Assistência Social e do SCFV - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos e a gestão municipal define as prioridades existentes no Plano Plurianual para executar. O conselho além de aprovar o Plano Plurianual fiscaliza a execução da oferta do trabalho em que foi utilizado o recurso.

Ainda para SILVEIRA (2014, P.6) “As responsabilidades comuns definidas no NOB reafirmam a necessidade de organização do SUAS em cada âmbito, a partir da prioridade e metas, com garantia de previsões anteriores, como o comando único, conselho, plano e fundo”. Aspectos como infraestrutura para conselhos, estímulo a participação do usuário, publicidade de recursos e implantação de ouvidorias potencializam a governança democrática, assim como a implementação da vigilância socioassistencial, realização de capacitações e implantação da gestão do trabalho, e a previsão de instrumentos de processos de monitoramento e avaliação, expressam a preocupação com a qualificação das capacidades de gestão. Nesse sentido, Gestão democrática e participativa permite o caráter deliberativo dos conselhos, com ênfase nas condições de funcionamento e nas suas responsabilidades no processo de planejamento, normatização e fiscalização.

Logo, é importante compreender que quando se faz uma gestão democrática e participativa os usuários da política de assistência social participam da elaboração, execução e fiscalizam os recursos, garantindo assim a oferta dos serviços, programas e projetos de forma igualitária a todos os usuários do SUAS. Nesse sentido, vamos exemplificar Gestão democrática e participativa como a gestão onde o poder executivo garante a participação da população em seu planejamento, execução e fiscalização, garantindo a transparência da gestão e atingindo os objetivos e anseios dos usuários.

3 MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA

No que se refere à metodologia utilizada, para elaboração e execução desse trabalho, tornou-se essencial conhecer o perfil dos usuários atendidos pela política pública, seus trabalhadores, conselheiros e gestores. Ou seja, conhecer todos os atores envolvidos no processo de atendimento no órgão gestor e nos equipamentos socioassistenciais.

Primeiramente, foi feito o levantamento do número de famílias atendidas nos serviços socioassistenciais e o levantamento do número de funcionários da Assistência Social, em seguida por meio de técnicas de pesquisa, foi dada sequência a pesquisa.

No Estudo de Campo o planejamento “[...] apresenta muito maior flexibilidade, podendo ocorrer mesmo que seus objetivos sejam reformulados ao longo do processo de pesquisa.” (GIL, 2008, p. 57)

A Observação Direta Intensiva é “[...] realizada por meio de duas técnicas: observação e entrevista.” (MARCONI, LAKATOS, 2007, p. 87).

3.1 Tipologia e descrição geral dos métodos de pesquisa

Segundo MARCONI e LAKATOS (2007), a entrevista “é um encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de determinado assunto, mediante uma conversação de natureza profissional.” (p. 92) Tem como fim principal o alcance de informações do entrevistado no que se refere ao assunto pesquisado. A entrevista foi aplicada às equipes de referência de proteção básica. Para sua aplicação foi necessário requisitar autorização à Secretaria de Assistência Social.

De acordo com MARCONI e LAKATOS (2007), a observação direta extensiva se realiza por meio do questionário.

Para leitura dos dados buscou-se realizar uma classificação com base na pesquisa bibliográfica efetuada, ligando-os com as falas dos entrevistados e dados das famílias, conselheiros, trabalhadores e gestora entrevistados.

3.2 Caracterização da Assistência Social no município de São João d’Aliança

O município de São João d’Aliança está localizado na região nordeste do estado de Goiás, Região Centro-Oeste do país. É o portal da Chapada dos Veadeiros, a 331 km de Goiânia e 152 km de Brasília, tem uma área de 3 327,3 km², com uma extensa área rural, muitos assentamentos e uma comunidade quilombola.

Segundo o site do IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística o último CENSO realizado em 2010, o nosso município contava com o total de 10.257 habitantes. A população

estimada para 2018 é de 13.387 pessoas. Isso faz com que nosso município esteja entre os de Pequeno Porte I de acordo com a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais.

A Política de Assistência Social estrutura os serviços socioassistenciais divididos por proteção social e formação de equipes de referência para um melhor atendimento às pessoas que necessitam de seus serviços. Sendo elas: CRAS (Centro de Referência da Assistência Social), CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social), e SCFV (Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos).

Também são fornecidos benefícios eventuais às famílias sem situação de vulnerabilidade social e material, de forma complementar e provisória, prestado aos indivíduos e às famílias em virtude de: nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e calamidade pública. O público-alvo para acesso aos benefícios eventuais são identificados a partir de estudo da realidade social e diagnóstico elaborado com uso de informações disponibilizadas pela Vigilância Socioassistencial.

A Assistência Social abrange as áreas territoriais da comunidade, as quais necessitam de prestação de serviços assistenciais como acompanhamento das demandas de vulnerabilidades sociais e desprovidimento de direitos, cuidado e atenção, quanto à Proteção Social Básica.

O CRAS - Centro de Referência da Assistência Social é uma unidade pública da Política de Assistência Social de proteção social básica que tem por objetivo prevenir ocorrências em situações de vulnerabilidade e riscos sociais nos territórios de sua abrangência. Oferta serviços destinados à população que vive em situação de vulnerabilidade social, decorrente da pobreza, privação, ausência de renda, ou seja, às famílias e indivíduos que não possuem acesso ao campo de trabalho. Bem como acompanhamento de famílias em situação de Vulnerabilidade Social, através do PAIF (Programa de Atenção Integral à Família). Atendendo famílias em pobreza e extrema pobreza, ofertando a estas diversos serviços, tais como: ciclo de palestras e o acompanhamento familiar. A equipe de referência é formada por coordenadora, uma Psicóloga e uma Assistente Social.

O CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social é uma unidade pública da Política de Assistência Social de proteção social especial que tem por objetivo a prevenção e o enfrentamento das situações de violência, tais como: violência contra idoso, mulher, criança, adolescente, física, psicológica e negligência; abandono; violência sexual; situação de rua; trabalho infantil; cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto; afastamento do convívio familiar, dentre outras. A equipe de referência é formada por duas profissionais, sendo elas uma Psicóloga e uma Assistente Social que atendem famílias e os

indivíduos em situação de violação de direitos que apresentam risco pessoal e social (NOB/SUAS e a Lei N 12.435/2011).

O SCFV - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos tem a finalidade de fortalecer a função protetiva dos usuários, prevenindo a violação dos seus vínculos, promovendo seu acesso e usufruto de direitos os quais possam contribuir na melhoria de sua qualidade de vida, a partir dos grupos psicossociais, atendimento particularizado e ações de capacitações para os usuários. No SCFV são ofertadas oficinas para os usuários que estão em situação de trabalho infantil, situação de negligência, de rua e de violência.

3.3 Participantes da pesquisa

Os participantes escolhidos para obtenção dos dados foram a gestora e os trabalhadores do Fundo Municipal de Assistência Social, conselheiros do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, os vereadores e os usuários do Sistema Único da Assistência Social – SUAS, visando alcançar o maior número destes para qualificar a execução e gestão da Política Pública de Assistência Social no município de São João d'Aliança.

O foco principal é o de averiguar o nível de conhecimento de todos os atores na política de Assistência Social, onde gestora e servidores são os executores principais, os conselheiros tem o papel principal de fiscalização da utilização dos recursos e da oferta dos serviços e por fim os usuários, que como o próprio nome diz, são os que utilizam os serviços, programas, projetos e benefícios e os legisladores que são responsáveis pela aprovação das leis municipais.

3.4 Caracterização e descrição dos instrumentos de pesquisa

Os instrumentos de pesquisa utilizados foram o Termo de Consentimento assinado pelo(a) entrevistado(a) e a pesquisa de campo que contém a identificação do entrevistado com nome, idade, formação e como se caracteriza dentro da Política de Assistência Social, ou seja, se é gestor, usuário, legislador, trabalhador ou conselheiro, indicando a função que exerce, o prazo de atuação, tipo de vínculo empregatício, local de atuação e no caso dos usuários, em quais equipamentos são atendidos/acompanhados. Sobre o tema Política de Assistência Social

foram elaboradas dez questões e sobre o tema A Importância da Formação Continuada foram elaboradas cinco questões.

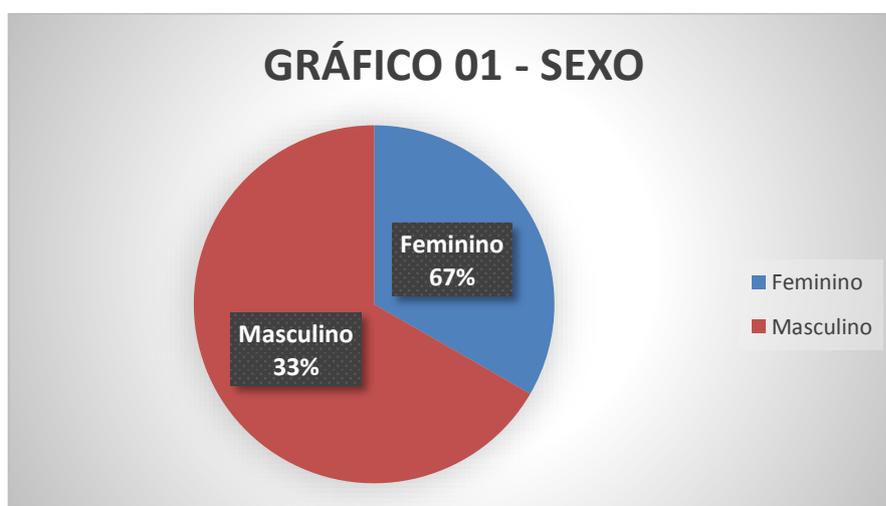
O processo de construção do instrumento se deu de acordo com o material estudado, visando averiguar o conhecimento dos envolvidos no processo.

3.5 Procedimentos de coleta e de análise de dados

Nesta etapa, foi elaborado um instrumento solicitando a autorização da gestora da Secretaria Municipal de Assistência Social para que os trabalhadores pudessem participar da pesquisa e fornecer os dados. De posse desse documento, na primeira semana de abril de 2019, foram entrevistados pessoalmente os trabalhadores do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, do Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS, do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV e do órgão gestor que é a Secretaria Municipal de Assistência Social, todos a respeito de seus respectivos equipamentos de trabalho. A entrevista com os usuários, legisladores e conselheiros foi através da busca pessoal a cada um, onde estes se encontrassem.

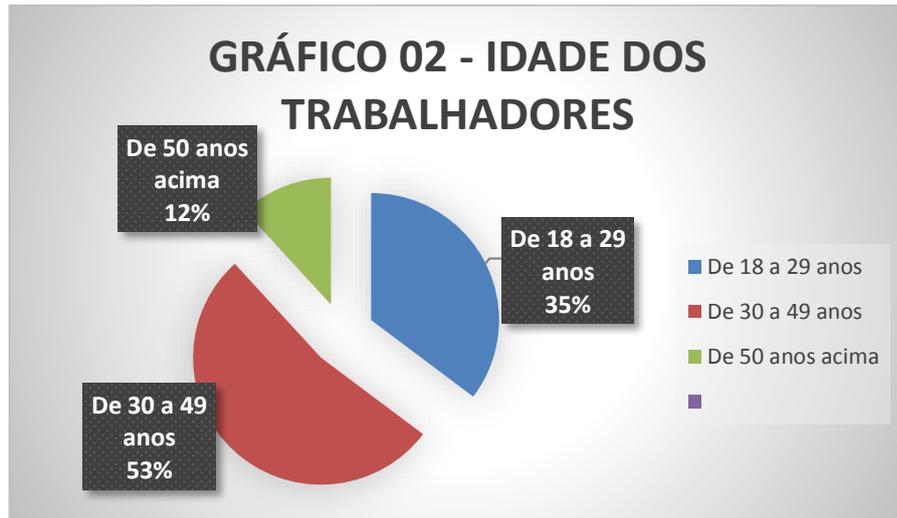
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Desta forma, foram feitas visitas aos equipamentos socioassistenciais para a aplicação dos questionários com os trabalhadores do SUAS e domiciliares para aplicação dos questionários com os usuários e conselheiros, e na Câmara Municipal para aplicar o questionário aos vereadores, conseguindo-se aplicar à 28 usuários, 18 trabalhadores, 16 conselheiros, 03 vereadores e 01 gestora. Foram entrevistados vinte e dois homens, aproximadamente 33% (trinta e três por cento) e quarenta e quatro mulheres, aproximadamente 67% (sessenta e sete por cento). A maioria dos entrevistados foram mulheres e de acordo com relatórios das unidades de atendimento, verificamos que a maioria dos servidores é do sexo feminino e as usuárias do sexo feminino quem mais procuram os serviços, participam das atividades e se disponibilizam para atuar no conselho.



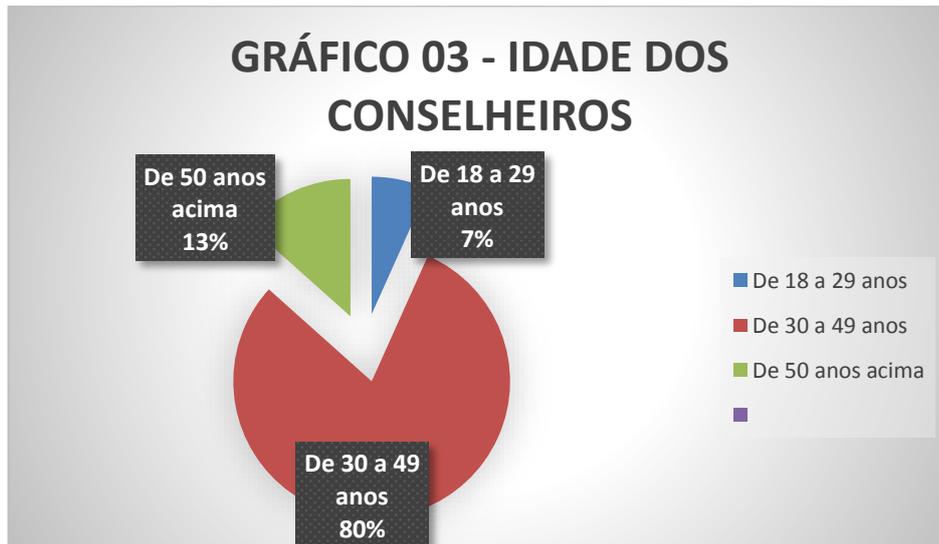
Fonte: Trabalhadores, Conselheiros, Usuários e Vereadores
Elaboração própria

A idade dos trabalhadores entrevistados é a de 18 a 29 anos representada pelo percentual de trinta e cinco por cento (35%), a faixa etária de 30 a 49 anos pelo percentual de cinquenta e três por cento (53%), e a faixa etária de 50 anos e acima a percentagem de doze por cento (12%).



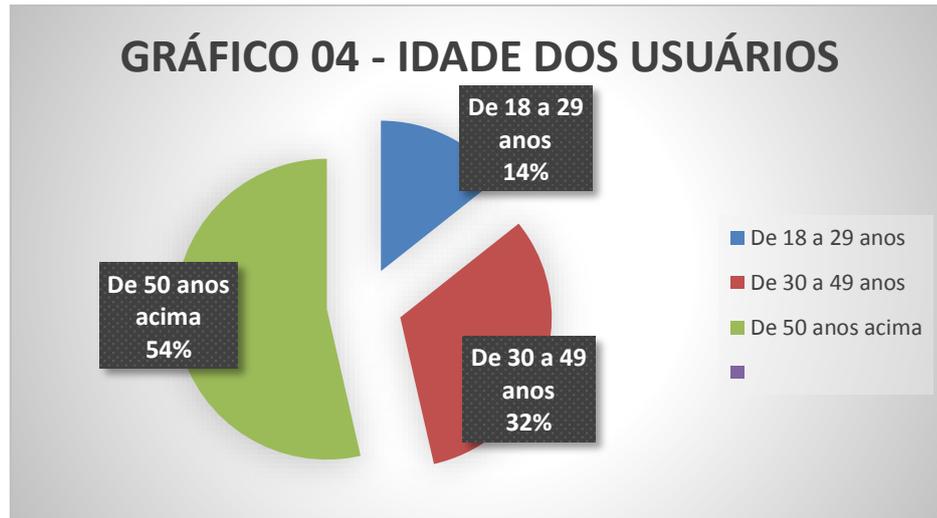
Fonte: Trabalhadores do SUAS
Elaboração própria

A idade dos Conselheiros entrevistados é a de 18 a 29 anos representada pelo percentual de sete por cento (7%), a faixa etária de 30 a 49 anos pelo percentual de oitenta por cento (80%), e a faixa etária de 50 anos e acima a percentagem de treze por cento (13%).



Fonte: Conselheiros do CMAS
Elaboração própria

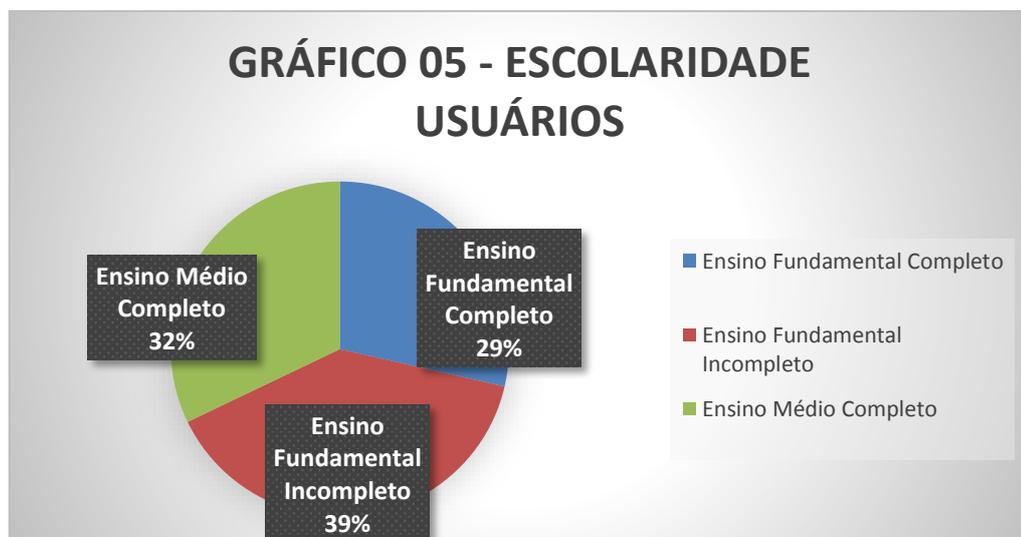
Quanto a idade dos usuários entrevistados é a de 18 a 29 anos representada pelo percentual de quatorze por cento (14%), a faixa etária de 30 a 49 anos pelo percentual de trinta e dois por cento (32%), e a faixa etária de 50 anos e acima a percentagem de cinquenta e quatro por cento (54%).



Fonte: Usuários do SUAS
Elaboração própria

As idades dos vereadores entrevistados foram 31 anos, 49 anos e 55 anos.

Ao analisar o grau de escolaridade dos usuários entrevistados, verificamos que o baixo grau deve-se às variadas situações de vulnerabilidades vivenciadas que os obrigam a terem que abandonar a escola para lutarem pelo seu sustento, tendo que se inserir no “mercado de trabalho” precocemente. Sendo que dos 28 entrevistados, 11 tem nível fundamental incompleto, 08 fundamental completo e 09 ensino médio completo.



Fonte: Usuários do SUAS
Elaboração própria

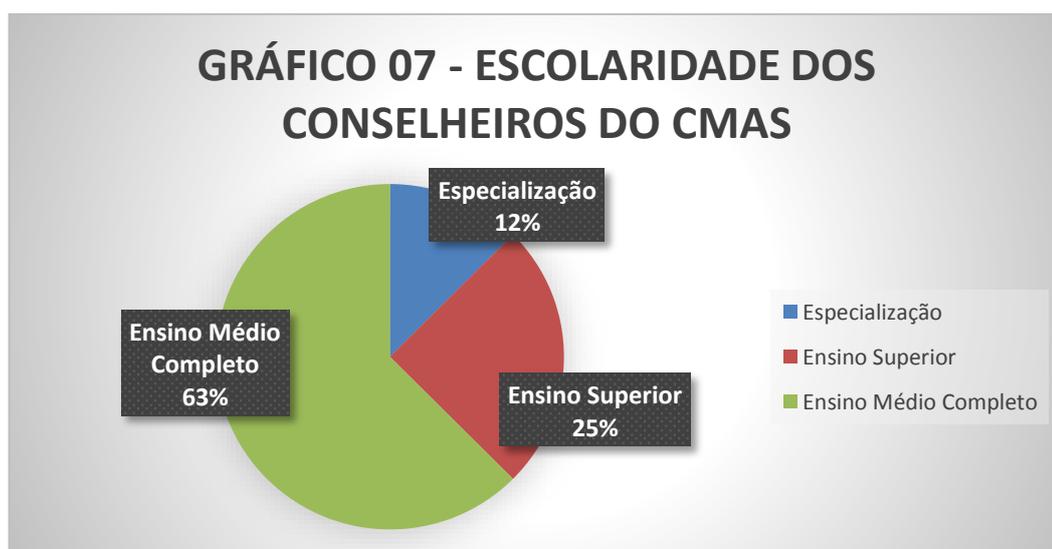
Dentre os trabalhadores, o grau de escolaridade da maioria dos entrevistados é o ensino médio completo, num total de 10 e os demais entrevistados

tem nível superior completo num total de 08. Vale ressaltar que a composição das equipes segundo a NOBSUAS-RH garante que haja profissionais de nível superior para determinadas funções.



Fonte: Trabalhadores do SUAS
Elaboração própria

Os conselheiros entrevistados foram 10 com grau de escolaridade de nível médio, 04 de nível superior e 02 com especialização. Já os vereadores 01 tem nível superior e 02 tem nível médio.



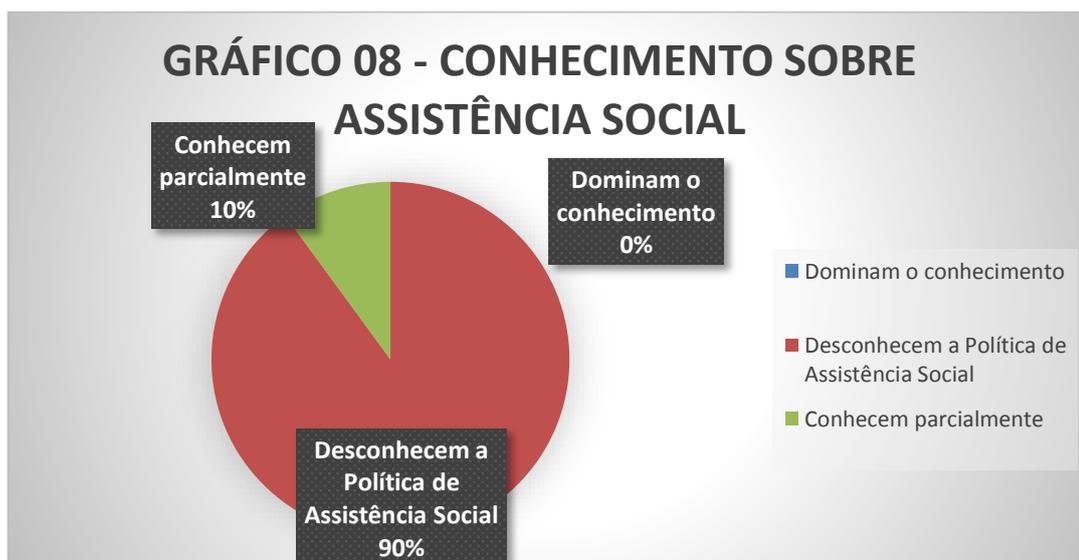
Fonte: Conselheiros do CMAS
Elaboração própria

Ao passarmos para a análise do resultado da pesquisa sobre o conhecimento dos entrevistados sobre a política da assistência social de modo geral cerca de 90% desconhecem a política, o sistema que garante o trabalho em níveis de proteção social, a formação das equipes

e como estas deveriam atuar, mas foram unânimes em dizer as dificuldades enfrentadas pelos profissionais no cotidiano da prática profissional e os outros 10% conhecem em parte a política de assistência social, ficando com dúvidas sobre alguns questionamentos.

Quanto às condições de trabalho e dificuldades/limitações no cotidiano profissional, os trabalhadores expuseram que como muitos são contratados por tempo determinado, aceitam as condições e trabalhos impostos a eles para não terem problemas com a gestão e ficarem desempregados, mas que enfrentam muitas dificuldades quanto aos locais de trabalho que são prédios alugados e adaptados, falta de materiais apropriados para o trabalho, transporte para as equipes e para os usuários participarem das atividades e realizarem as visitas domiciliares, bem como o excesso de atividades oriundas de outras secretarias, do Ministério Público e do Poder Judiciário que tomam o tempo dos profissionais que deveria ser dedicado ao trabalho na Assistência Social.

Os usuários, conselheiros e vereadores relatam que os recursos financeiros para a assistência social deveriam ser em maior proporção para que as dificuldades enfrentadas pelos profissionais fossem superadas, pois é perceptível a falta de estrutura digna para a atuação destes, e tanto os usuários quanto os conselheiros acabam sofrendo as consequências juntamente com eles.



Fonte: Trabalhadores, Conselheiros, Usuários e Vereadores
Elaboração própria

Sobre o tema Importância da Formação Continuada, somente dois conselheiros tem especialização, alguns dos entrevistados dizem ter vontade de fazer uma graduação e os que já possuem dizem querer se especializar, mas o que dificulta é a condição financeira para arcar com os custos do curso. Na visão de todos os entrevistados a formação continuada para os

trabalhadores e conselheiros é essencial, tendo em vista que é necessário aprender para poder desenvolver a prática profissional e atuar no conselho, mas o município não incentiva a qualificação profissional, ficando estes à espera de capacitações em âmbito estadual e federal, mas que em contraponto quando estas acontecem, é dada a oportunidade apenas para alguns profissionais e conselheiros participarem, ou por falta de recursos ou por falta de transporte. Nota-se que a necessidade da capacitação é tamanha, que muitos dos entrevistados desconhecem o que é o Plano Plurianual da Assistência Social, sendo que a elaboração deste é de responsabilidade dos gestores, trabalhadores e conselho, a partir de reuniões realizadas com os usuários para definir as metas e prioridades a serem executadas no período de quatro anos, bem como a fiscalização de sua execução é de responsabilidade do conselho.

Ao analisarmos as questões sobre o conhecimento sobre os serviços ofertados, verificamos que os trabalhadores tem conhecimento sobre o equipamento onde atua, já os usuários, vereadores e conselheiros não sabem dizer o que é CRAS, SCFV e CREAS e os serviços que são oferecidos nestes.

Quanto às equipes de trabalho no CRAS, SCFV e CREAS as respostas foram unânimes em dizer que as que atuam são insuficientes, pois nos três equipamentos estas estão defasadas e os trabalhadores que ali atuam acabam se desdobrando para fazerem o trabalho e executar as atividades e que se estivessem compostas conforme determina a NOB-RH as demandas seriam atendidas e os serviços ofertados como preceitua as leis.

Segundo a NOB-RH (2011) as

“...equipes de referência são aquelas constituídas por servidores efetivos responsáveis pela organização e oferta de serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e especial, levando-se em consideração o número de famílias e indivíduos referenciados, o tipo de atendimento e as aquisições que devem ser garantidas aos usuários”. (p. 27)

Conforme GAZZOLI (2007), uma equipe interdisciplinar “condensa uma unidade de diversidades”, e são as diferenças de especialização que possibilitam conferir a unidade à equipe, essa convergência enriquece, e paralelamente, preserva estas diferenças. Com tal característica, a autora conclui que “o trabalho coletivo não impõe a diluição de competências e atribuições profissionais. Ao contrário, exige mais clareza no seu trato das mesmas e o cultivo da identidade profissional.” (p. 53)

5 CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES

Durante o desenvolvimento deste trabalho foi possível analisar os desafios que a gestão da assistência social no município de São João d'Aliança ainda tem pela frente, mesmo que a Política Nacional de Assistência Social seja uma lei do ano de 2005 e já esteja garantida na Constituição de 1988, ainda hoje, a política não foi efetivamente implantada.

Os dados da pesquisa revelam o desconhecimento por parte dos atores envolvidos na Assistência Social, tratando dos problemas imediatos de forma assistencialista e não garantindo os direitos socioassistenciais e as proteções sociais, pois o SUAS visa “superar a prática da assistência social como uma política de pobre, destinada aos mais pobres, por meio de ações pobres, ofertadas em unidades pobres.” (ORIENTAÇÕES TÉCNICAS DO CRAS, 2009, p.47)

Os espaços físicos onde funcionam os equipamentos CRAS, SCFV, CREAS e Secretaria são locais alugados que foram adaptados, mas que não condizem com a estrutura necessária para o desenvolvimento das atividades. O mobiliário é inadequado para concretização dos serviços. O projeto arquitetônico não referencia a cultura dos Quilombolas, já que no município há uma Comunidade Quilombola Certificada.

A pesquisa conseguiu perceber uma fragilidade na apropriação crítica dos conceitos e diretrizes da Política Nacional de Assistência Social dos trabalhadores. Essa fragilidade é principalmente percebida quando há a negação da existência de um trabalho interdisciplinar, sendo estes processos mais importantes no âmbito do trabalho com famílias no CRAS, CREAS e SCFV como afirma as Orientações Técnicas do CRAS (2009) e Orientações Técnicas do CREAS (2011). Mas é percebido que o processo de trabalho, de troca de experiência mútua e de saberes distintos que não há resistência ao trabalho interdisciplinar, pois reconhecem que agrega, dinamiza e organiza a atuação das equipes de trabalho.

O conceito de intersetorialidade é desconhecido pelos trabalhadores, conselheiros, gestora e usuários. Estes atores da Assistência Social não conseguem perceber que este trabalho existe através dos trabalhos em parceria com a saúde, com a educação, com o conselho tutelar e demais secretarias.

Quanto às equipes, a NOB-RH delibera a existência destes profissionais nas equipes, mas as de todos os equipamentos estão desfalcadas. A do CRAS faltam dois profissionais de nível médio e atendente, à equipe do SCFV faltam auxiliar de higiene e

alimentação para preparar os alimentos e fazer a limpeza do local, quem faz hoje são os facilitadores de oficinas e orientadora social, a equipe do CREAS só é formada por uma assistente social e uma psicóloga, sendo que em sua composição faltam um coordenador, um advogado, dois profissionais de nível médio e um auxiliar administrativo.

A presença de equipes volantes como preconiza as Orientações Técnicas do CRAS (2009) por se tratar de uma localidade com dispersão populacional e extenso território rural, é inexistente.

Quanto aos usuários, é preciso fomentar e articular formas de despertar a participação destes nos conselhos, associações, comissões, fóruns, conferências, entre outros, para que possam se empoderar de seus direitos e contribuir para a construção da Assistência Social em âmbito municipal. Deixando assim, de buscar a Assistência Social somente quando dela necessitar, para solicitar os benefícios socioassistenciais.

O conteúdo deste trabalho não pretende somente demonstrar as dificuldades na gestão da Assistência Social no município de São João d'Aliança, Estado de Goiás, mas, sim focar na importância da busca de uma metodologia eficiente com capacitação continuada para trabalhadores, gestores, conselheiros e usuários do SUAS, para assim ofertar em âmbito municipal as proteções sociais básica e especial, conforme preceitua a LOAS e PNAS, oferecendo às famílias a garantia de seus direitos socioassistenciais, mesmo havendo escassez de recursos, a fim de contribuir de fato para a inclusão e o exercício pleno de processos de emancipação, garantindo que este usuário participe da construção da política de assistência social através de fóruns, conferências, conselho, entre outros.

Que as equipes se reúnam, conforme as orientações técnicas para planejar as ações, viabilizar as trocas de experiências entre os técnicos, aperfeiçoando o trabalho interdisciplinar. Que seja implantada a rede socioassistencial para a concretização do trabalho intersetorial, buscando articular as ações e evitando que a mesma família e/ou indivíduo passe pelos mesmos atendimentos em todas as políticas públicas.

Por fim, perceber que o trabalho ofertado pela Assistência Social para as famílias e indivíduos devem ser elaborados e efetuados de forma integrada, num envolvimento dos profissionais e comunidade (famílias/usuários), a fim de edificá-las como sujeito sócio histórico para o fortalecimento da cidadania e desenvolvimento da autonomia.

REFERÊNCIAS

BRASIL, CapacitaSuas Volume 1. **SUAS: Configurando os Eixos de Mudanças**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome, Instituto de Estudos Especiais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – 1 ed. – Brasília: MDS, 2008.

_____, CapacitaSuas. Volume 3. **SUAS: Planos de Assistência Social: Diretrizes para elaboração**. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome, Instituto de Estudos Especiais. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Brasília: MDS, 2008.

_____, Presidência da República. **Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS**. Lei nº8.742, de 7 de dezembro de 1993. Disponível em: <http://www.assistenciasocial.al.gov.br/legislacao/legislacao-federal/LOAS.pdf>. Acesso em 07 de março de 2019.

_____, MDS. Conselho Nacional de Assistência Social. **Política Nacional de Assistência Social - PNAS**, Brasília, 2005.

_____, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais: Documento Base – Fichas de Serviços** Brasília: 2009.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Conselho Nacional de Assistência Social. **Norma Operacional Básica da Assistência Social – NOB/SUAS**. Brasília, 2005.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Conselho Nacional de Assistência Social. **Norma Operacional Básica da Assistência Social de Recursos Humanos – NOB-RH/SUAS**. Brasília, 2006.

_____. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em 07 de março de 2019.

BRASIL. Lei 12.435/11, de 06 de julho de 2011. Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social. Brasil, 2011.

ALBUQUERQUE, S. A.; GOMES, W. A. A.; TRIVELINO, A. De S. Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social. In: Revista do Fórum Nacional de Secretários (as) de Assistência Social. n.1, dez. 2012, p. 93-97.

AGUILAR, M. ; ANDER-EGG, E. **Avaliação de serviços e programas sociais**. Petrópolis: Vozes, 1994.

BELLONI, I. et. al. **Metodologia de avaliação em políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 2000.

COUTO, Berenice Rojas; YAZBEK, Maria Carmelita; SILVA, Maria Ozanira da Silva e; RAICHELIS, Raquel (Orgs.). **O Sistema Único de Assistência Social no Brasil: uma realidade em movimento.** (2ª ed.). São Paulo: Cortez, 2011.

GAZZOLLI, E. G. **As funções privativas do Assistente Social nos CRAS.** In: *in* Cadernos CRESS SP: Os desafios na construção do Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) nos municípios e a atuação profissional. V. 3. São Paulo: Conselho Regional de Serviço Social do estado de São Paulo, 2007.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. - São Paulo : Atlas, 2008.

MARCONI, Marina de Andrade. LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração e interpretação de dados.** 6. Ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MDS. **Orientações técnicas do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS,** 1ª edição, Brasília: Secretaria Nacional de Assistência Social, 2009.

MDS. **Orientações técnicas do Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS,** 1ª edição, Brasília: Secretaria Nacional de Assistência Social, 2011.

MIRALVA DA SILVA, Maisa. **Assistência social na realidade municipal: o SUAS e a prevalência do conservadorismo.** Florianópolis, v. 18, n. 1, p. 41-49, jan./jun. 2015.

NETTO, J. Paulo. **Introdução ao método da teoria social** *in* Serviço social: direitos Sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ ABEPSS, 2009.

RAICHELIS, R. **Gestão Pública e a Questão Social na grande cidade.** Serviço Social e Sociedade, São Paulo, Cortez, 2000.

SILVEIRA, Jucimeri Isolda. **Gestão do Trabalho: Concepção e Significado para o SUAS** *in* BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **GESTÃO DO TRABALHO NO ÂMBITO DO SUAS: Uma contribuição Necessária.** -- Brasília, DF: MDS; Secretaria Nacional de Assistência Social, 2014.

SOUZA, E.C.M. Poder Local: requalificação do processo democrático. **Revista LIBERTAS.** Juiz de Fora: EDUF, 2001.

YASBEK, M. C. MESTRINER, M.L. CHIACHIO, N.B. et al. O Sistema Único de Assistência Social em São Paulo e Minas Gerais-desafios e perspectiva de uma realidade em movimento. In: COUTO, Berenice Rojas; YAZBEK, Maria Carmelita; SILVA, Maria Ozanira da Silva e; RAICHELIS, Raquel (Orgs.). **O sistema único de assistência social no Brasil: uma realidade em movimento.** (2ª ed.). São Paulo: Cortez, 2011.

YASBEK, Maria Carmelita. **As ambiguidades da Assistência Social brasileira após dez anos de LOAS** *in* Revista Serviço social e Sociedade, Ano XXV, n. 77, março 2004.

YASBEK, Maria Carmelita. **A dimensão política do trabalho do Assistente Social** *in* Revista Serviço social e Sociedade, São Paulo, n.120, p.677-693, outubro 2014.

IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – CIDADES, disponível em:
<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/go/sao-joao-dalianca/panorama>. Acesso em 03/04/2019.

APÊNDICES

Apêndice A – Solicitação de autorização para realização da Pesquisa

São João d'Aliança/GO, 4 de abril de 2019.

Através do presente instrumento, solicitamos da Gestora da Secretaria Municipal de Assistência Social do município de São João d'Aliança - GO, a Secretária de Assistência Social, autorização para realização da pesquisa integrante do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) da acadêmica Lílian Ferreira Graças Santos, orientada pelo Prof.º Paulo Daltro, Professor da UNB, tendo como título “Alcances e Desafios na Implementação da Gestão da Política Pública de Assistência Social no Município de São João d'Aliança”. Esta pesquisa se realizará nos equipamentos do SUAS e na própria Secretaria de Assistência Social, com os funcionários que formam as equipes dos mesmos. A coleta de dados será feita através da aplicação de uma entrevista individual.

A presente atividade é requisito para a conclusão do curso de Especialização em Gestão Pública Municipal, da Universidade de Brasília - UNB. Certas do deferimento do pedido, agradecemos desde já a contribuição imprescindível para este trabalho.

Atenciosamente,

Lílian Ferreira Graças Santos

Contato: 062-34381486/ 996655636/ 984758513

Deferido ()

Indeferido ()

Assinatura e carimbo do gestor

Apêndice B – Termo de Consentimento do Entrevistado**TERMO DE CONSENTIMENTO**

Caro(a) Senhor(a),

Venho através deste, solicitar a sua participação na pesquisa de campo “**Alcances e Desafios na Implementação da Gestão da Política Pública de Assistência Social no Município de São João d’Aliança**”. Esta pesquisa faz parte do Trabalho de Conclusão de Curso da Universidade de Brasília (UNB), do curso de Especialização em Gestão Pública Municipal, tendo como orientador o docente Paulo Daltro. O principal objetivo deste estudo é conhecer o perfil dos trabalhadores, usuários e gestores e os desafios enfrentados na implementação da Assistência Social no município de São João d’Aliança. Ressalto que todas as informações prestadas serão utilizadas com o intuito de possibilitar a realização da pesquisa e publicação das informações. Afirmando que os dados de identificação do(a) respondente serão preservados, bem como, serão utilizados nomes fictícios para posterior análise das informações coletadas. Sua contribuição é de grande valia. Desde já, agradeço pela sua participação e colaboração.

Solicito que assine esta comunicação confirmando sua participação na pesquisa ao permitir que sejam publicadas as informações prestadas para a sistematização desse estudo.

São João d’Aliança-GO, _____ de abril de 2019.

Nome completo do Respondente: _____

Assinatura do Respondente: _____

Nome completo da Pesquisadora: **LÍLIAN FERREIRA GRAÇAS SANTOS**

Assinatura da Pesquisadora: _____

Apêndice C – Questionário de Pesquisa

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Nome: _____

Idade: _____

Formação? _____ Ano de Formação? _____

Na Política de Assistência Social você se caracteriza como:

Gestor Usuário Legislador Trabalhador Conselheiro(a)

Caso seja GESTOR do SUAS, qual (is) função (ões) que desempenha ou desempenhou?

Qual o tempo de atuação na Assistência Social? _____

Caso seja TRABALHADOR do SUAS, qual o seu vínculo empregatício?

Celetista Estatutário Voluntário Terceirizado Outros _____

Em qual Equipamento você trabalha ou trabalhou na Assistência Social?

CRAS CREAS SCFV Criança Feliz Secretaria/Gestão CADÚNICO

Qual o tempo de atuação na Assistência Social? _____

Função que desempenha ou desempenhou? _____

Caso seja USUÁRIO do SUAS, quais serviços utiliza na Assistência Social?

CRAS CREAS SCFV Criança Feliz Secretaria/Gestão CADÚNICO

Caso seja CONSELHEIRO do CMAS, há quanto tempo atua como conselheiro(a) municipal de Assistência Social? _____

Sua representação é Governamental ou Não-governamental? _____

TEMA: POLÍTICA PÚBLICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

1. Como você vê a política de Assistência Social no município de São João d'Aliança?
2. Consegue acompanhar as ações desenvolvidas por essa política? Caso positivo indique como é realizado esse acompanhamento?
3. O que você entende sobre o SUAS – Sistema Único de Assistência Social?
4. Na Assistência Social existe um trabalho interdisciplinar? Se existe qual a contribuição para o atendimento das famílias?
5. Acerca dos recursos humanos e financeiros destinados ao SUAS qual a sua opinião? E para a efetivação do trabalho na Assistência Social, são suficientes?
6. Fale acerca das condições de trabalho na Assistência Social (ex: fornecimento de transporte para visita domiciliar, atendimento às solicitações de benefícios eventuais, resposta aos encaminhamentos).
7. Você considera que ocorre a intersetorialidade na Assistência Social? Se ocorre, como?
8. De que forma a intersetorialidade contribui para o atendimento as famílias?
9. Quais as principais dificuldades/limitações no cotidiano da prática profissional?
10. Você acredita que o excesso de atividades atribuídas aos profissionais do SUAS dificulta o desenvolvimento do trabalho?

TEMA: IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO CONTINUADA

1. Você realizou cursos de especialização, mestrado ou doutorado?
2. Em sua opinião, qual a importância da formação continuada para os profissionais da assistência social?
3. Há um incentivo à qualificação e à capacitação profissional?
4. Você participa ou já participou da elaboração do Plano Plurianual da Assistência Social de São João d'Aliança? Caso positivo, descreva essa experiência.

TEMA: CONHECIMENTO SOBRE OS SERVIÇOS OFERTADOS

1. Para você o que é o CRAS e qual serviço ele oferece?
2. Em sua opinião, a equipe que atua no CRAS é suficiente para executar os serviços?

3. Para você o que é o SCFV e qual serviço ele oferece?

4. Em sua opinião, a equipe que atua no SCFV é suficiente para executar os serviços?

5. Para você o que é o CREAS e qual serviço ele oferece?

6. Em sua opinião, a equipe que atua no CREAS é suficiente para executar os serviços?

Data da entrevista: ___/___/2019 Nome da pesquisadora: Lílian Ferreira Graças Santos